

SANTA MARCELINA		Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina					
Organização Social de Cultura		C.N.P.J. nº 10.462.524/0001-58					
Demonstrações financeiras em 31/12/2020 e 2019 - Consolidado - Em reais							
Balanco Patrimonial Consolidado			Demonstração do Fluxo de Caixa				
Ativo	Notas Explicativas	2020	2019	Atividades Operacionais	Notas Explicativas	2020	2019
Circulante		51.515.075	14.492.181	Superávit (déficit) do exercício		(320.237)	(410.058)
Caixa e equivalentes de caixa	(04)	51.002.531	13.895.859	Depreciação e amortização	(08)	1.082.123	1.303.800
Banco C/Movimento - Recursos sem Restrição		-	386	Provisão para contingências		(361.556)	555.162
Banco C/Movimento - Recursos com Restrição		285.801	5.646	Doações patrimoniais		-	-
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição		260.187	216.941	Resultado ajustado		400.331	1.448.903
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição		50.456.542	13.672.887	Varições do Ativo e Passivo (Aumento) / redução nos ativos em			
Outros Créditos	(05)	107.406	144.931	Adiantamentos diversos		37.525	50.529
Contas a receber	(06)	-	29.023	Contas a receber		29.023	40.538
Despesas antecipadas		65.184	55.667	Despesas antecipadas		(9.518)	(6.286)
Estoques	(07)	339.954	366.702	Estoques		26.748	39.918
Não Circulante		4.735.627	5.815.367	Direito de Uso - Arrendamento NBCTG 06		53.618	(195.482)
Realizável a Longo Prazo		250.067	250.067	Aumento / (redução) nos passivos em			
Contingências Judiciais Ativas		250.067	250.067	Fornecedores		895.045	(36.741)
Permanente		4.485.559	5.565.299	Arrendamento Operacional NBC TG 06		(53.618)	195.482
Imobilizado	(08)	4.343.695	5.369.817	Obrigações trabalhistas		3.064.007	-
Bens sem Restrição		3.924.779	3.924.779	Encargos sociais		1.858.358	9.018
Bens com Restrição		13.594.230	13.540.319	Obrigações tributárias		2.252.010	(118)
(-) Depreciação Acumulada	(09)	(13.175.314)	(12.095.281)	Contas a pagar		42.436	(12.829)
Intangível		-	-	Férias e encargos a pagar		4.314.665	(718.579)
Direito de Uso - Arrendamento (NBC TG 06)		141.865	195.482	Projetos		19.043.829	(749.207)
Total do Ativo		56.250.701	20.307.548	Fundos		5.906.076	277.569
				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		37.860.535	342.715
				Atividades de Investimento			
				Aquisições do ativo imobilizado	(08)	(58.601)	(242.410)
				Baixas do ativo imobilizado	(08)	2.600	21.694
				Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(56.001)	(220.716)
				Atividades de Financiamento			
				Recursos aplicados em ativos permanentes		(697.863)	(774.824)
				Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento		(697.863)	(774.824)
				Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		37.106.672	(652.825)
				Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.895.859	14.548.685
				Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		51.002.531	13.895.860
				Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		37.106.672	(652.825)
				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício			
				Patrimônio Líquido			
				No início do exercício		2.882.338	3.292.396
				Doação de bens patrimoniais	(23)	-	-
				Ajuste de avaliação patrimonial		-	-
				Superávit (déficit) do exercício		(320.237)	(410.058)
				No final do exercício	(15)	2.562.101	2.882.338

Paulo. Incluindo todas as despesas decorrentes, bem como a programação de atividades a ele vinculada e suas regras de utilização; b) Edifício da Praça das Artes e seus bens móveis, incluindo todas as despesas decorrentes, bem como a programação de atividades a ele vinculadas, excetuando-se as atividades relacionadas à Escola de Dança de São Paulo e a Orquestra Experimental de Repertório, assumindo apenas a programação desta última; c) Centro de Documentação e Memória, que contempla a gestão e conservação do Acervo Histórico do Teatro Municipal, incluindo todas as despesas decorrentes; d) Central Técnica de Produções Chico Giacchini, que compreende 7 (sete) áreas identificadas na Central Técnica do Pari, que contempla a gestão de seu acervo e todas as despesas decorrentes; e) Orquestra Sinfônica Municipal, que compreende seus músicos, regentes e equipe técnica, bem como agenda, programação, instrumentos e produção de seus concertos; f) Coral Lírico, que compreende seus cantores, regentes e equipe técnica, bem como agenda, programação, instrumentos e produção de suas réguas; g) Coral Paulistano, que compreende seus cantores, além de regentes e equipe técnica, bem como agenda, programação, instrumentos e produção de suas réguas; h) Quarteto de Cordas, que compreende seus músicos, bem como agenda, programação e produção de seus concertos; i) Balé da Cidade de São Paulo, que compreende seus bailarinos, diretores artísticos e equipe técnica, bem como agenda, programação, instrumentos e produção de seus espetáculos. Os meses de novembro e dezembro de 2020 que marcaram o início da gestão emergencial da Santa Marcelina Cultura no CTMSP, foram sobretudo meses de transição administrativa e de Recursos Humanos. Mesmo assim, foi possível realizar apresentações musicais no mês de dezembro em benefício da população. Realizamos programa sinfônico com a Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo, sob regência de Roberto Minczuk, por meio de dois concertos que foram divididos em quatro vídeos gravados e disponibilizados ao público gratuitamente no canal de Youtube do Teatro Municipal de São Paulo. Este programa em homenagem aos 250 anos de Beethoven conquistou mais de 18,7 mil visualizações. Ainda em dezembro, foi possível reabrir as portas do Teatro Municipal de São Paulo, após 10 meses fechado, com a capacidade reduzida a 25% e seguindo todos os protocolos sanitários pertinentes. Foram realizadas duas apresentações especiais de Natal, sendo uma com Coro Lírico e outra com o Coral Paulistano, ambas contaram com a participação de músicos da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo. Mais de 500 pessoas puderam estar presentes no TMSP e outras mais de 14 mil puderam acompanhar os concertos de suas casas, por meio das transmissões ao vivo realizadas e disponibilizadas gratuitamente no canal de Youtube do Teatro Municipal. A Temporada de 2021, também foi lançada no mês de dezembro contemplando diferentes espetáculos de todos os corpos artísticos do CTMSP até a data limite de vigência deste Termo de Colaboração. **2. Base de preparação:** **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e especial, a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucro e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente demonstração financeira incluída não contém dados contábeis e dados operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 20 de janeiro de 2021. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado. • Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. **a. Adoção inicial do CPC 06 R2/IRFS 16 - Operação de Arrendamento Mercantil:** De acordo com a nova determinação definida no IFRS 16/CPC 06 (R2), os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Desta forma, os contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter tratamento contábil semelhante, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. A Administração, após analisar todos os contratos em vigor, concluiu que diversos se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. **continua**

▶ continuação			Demonstrações de resultados													
19. Receitas realizadas de Projetos especiais			2020		2019		2019									
			GURI		EMESP		Outros projetos		Associação							
Pronac 17.6510	-	-	28.511.005	-	35.822.197	-	-	-	-	64.333.202						
Pronac 18.3581	1.807.295	2.879.264	-	-	-	-	2.879.265	-	-	2.879.265						
Outros projetos	-	99.981	369.442	-	606.881	-	-	283.826	-	1.260.149						
Total Receitas Realizadas Projetos Especiais	1.807.295	2.979.245	28.880.447	-	36.429.078	-	2.879.265	283.826	-	68.472.616						
20. Outras receitas operacionais			2020		2019		2020									
Doações pessoas físicas e jurídicas	499.606	60.496	(23.966.738)	(31.163.843)	(36.429.078)	(2.879.265)	(2.879.265)	(693.884)	(410.058)	(68.882.674)						
Receitas próprias	166.494	103.369	-	-	-	-	-	-	-	(410.058)						
Outras	25.832	19.980	-	-	-	-	-	-	-	-						
Total outras receitas	691.931	183.845	-	-	-	-	-	-	-	-						
21. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Associação não realizou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Associação está sujeita a risco de liquidez e de crédito. Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Pelo fato da Associação ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todas as obrigações da Associação estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso. Todas as dívidas da Associação, exceto as provisões para contingências são exigíveis a curto prazo e o capital de giro está representado da seguinte forma:																
	2020	2019	Matriz		GURI		EMESP		PRONAC		TMSM		SMC		Total dos projetos	
Ativo circulante	51.515.075	14.492.181	-	(15.742.368)	(16.671.453)	-	(17.489.239)	-	(17.489.239)	-	-	-	-	-	80.077.725	
Passivo circulante	51.272.133	14.248.564	-	(4.706.048)	(5.091.594)	-	(5.597.493)	-	(5.597.493)	-	-	-	-	-	1.904.895	
Capital de giro	1,00	1,01	(422.252)	(669.127)	(878.717)	(203.580)	(265.328)	-	-	-	-	-	-	-	1.082.123	
Devido ao impacto no aumento do endividamento a Curto Prazo, para o índice acima foi deduzido do total do Ativo Circulante o valor de R\$ 141.864,64 relativo ao arrendamento (NBC TG 06). Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. 22. Informações por projetos: As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados da Associação, bem como seus ativos e passivos entre os projetos em andamento, os quais estão descritos na nota explicativa 1 (Programa Guri e Projeto EMESP).			(328.259)	(300.658)	(453.206)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.082.123)	
			(142.483)	(1.832.804)	(6.972.613)	(1.572.352)	(1.667.619)	-	-	-	-	-	-	-	(12.187.871)	
			(12.035)	(620.348)	(963.064)	(31.551)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.626.998)	
			(1.605)	(74.316)	(107.644)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(183.565)	
			(18.389)	(21.068)	(25.553)	(2.311)	(95)	-	-	-	-	-	-	-	(67.416)	
			(925.023)	(23.966.737)	(31.163.844)	(1.809.794)	(25.019.774)	-	-	-	-	-	-	-	(82.885.172)	
			Matriz		GURI		EMESP		PRONAC		TMSM		Total			
			-	(18.062.475)	(17.889.990)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.952.465)	
			-	(5.595.678)	(5.567.931)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.163.609)	
			(82.280)	(1.921.738)	(1.841.300)	(390.771)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.236.089)	
			(327.477)	(369.442)	(606.881)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.303.800)	
			(225.338)	(2.256.566)	(9.223.477)	(2.448.477)	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.153.858)	
			(34.617)	(568.633)	(1.125.821)	(38.200)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.767.271)	
			(3.280)	(86.241)	(144.496)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(183.565)	
			(9.392)	(19.673)	(29.181)	(1.819)	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.065)	
			(682.384)	(28.880.446)	(36.429.077)	(2.879.267)	-	-	-	-	-	-	-	-	(68.871.174)	
25. Trabalho Voluntário: Em observação a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.409/12, ITG 2002 a entidade registrou o montante de R\$ 12.015,75 com trabalhos voluntários no exercício de 2019. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidos no resultado do exercício como receita no grupo de receita operacionais em contrapartida nas despesas.																
Rosane Ghedin - Diretora Presidente						Rodrigo Ronald H. Silva - CRC nº 1SP-290165/O-2										
 Parecer do Conselho Econômico e Fiscal: À Diretoria, O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o art. 96 do Estatuto Social, examinou as Demonstrações encerradas em 31/12/2020, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas, bem como considerando o relatório emitido pela Cokinós & Associados Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização, que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos pela Assembléia Geral deste Conselho. São Paulo, 23 de fevereiro de 2021. Ir. Odiva Palla; Ir. Luceni das Mercês; Ir. Tereza Aparecida Benjamin.																
 Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras																
 Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Permissão de uso: Conforme descrito na nota explicativa nº 08 os projetos "Guri na Capital e Grande São Paulo" e "Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo" receberam bens tangíveis e intangíveis para uso de suas operações, registrados nas rubricas do ativo imobilizado e intangível. A Administração da Entidade, após proceder ao levantamento e emplacementamento desses bens, protocolou em 21 de março de 2018, seu ofício SMC nº 072/2018 junto a Secretária de Cultura de São Paulo, a relação detalhada do Termo de Permissão de Uso e aguarda a formalização. Bens patrimoniais - Os bens patrimoniais do Theatro Municipal de São Paulo cedidos por Termo de Cessão de Uso a gestão anterior, não foram transferidos a nova gestão, pelo fato da empresa contratada não ter concluído o inventário e relatório até a emissão do nosso parecer. Outros assuntos: Pelo fato da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter assumido as operações do Theatro Municipal de São Paulo somente a partir de 1º de novembro de 2020, as demonstrações financeiras referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2020 são de responsabilidade do Instituto Odeon e serão auditadas por outros auditores independentes. Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 10. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 20 de janeiro de 2021.																
Cokinós & Associados - Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0						Demétrio Cokinós - Contador - CRC-1SP120.410/O-2 - CNAI nº 0385										

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. **imprensaoficial.com.br**

io **ouvidoria**

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO